

# AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

Agrupamento de Escolas

D. Sancho II

Alijó

2013  
2014

Área Territorial de Inspeção  
NORTE

## 1 – INTRODUÇÃO

A [Lei n.º 31/2002](#), de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A então Inspeção-Geral da Educação foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho ([Despacho n.º 4150/2011](#), de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) está a desenvolver esta atividade consignada como sua competência no [Decreto Regulamentar n.º 15/2012](#), de 27 de janeiro.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do [Agrupamento de Escolas D. Sancho II – Alijó](#), realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada entre [18 e 21 de março de 2014](#). As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa visitou a escola-sede do Agrupamento, a Escola Básica do Pinhão, as Escolas Básicas com Jardim de Infância de Alijó e de Favaio e o Jardim de Infância de Vilar de Maçada.

A equipa regista o empenhamento e a atitude de mobilização do Agrupamento, bem como a colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

### ESCALA DE AVALIAÇÃO

#### Níveis de classificação dos três domínios

**EXCELENTE** – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

**MUITO BOM** – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

**BOM** – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

**SUFICIENTE** – A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

**INSUFICIENTE** – A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório do Agrupamento e o eventual contraditório apresentado(s) no âmbito da [Avaliação Externa das Escolas 2013-2014](#) serão disponibilizados na [página da IGEC](#).

## 2 – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas D. Sancho II, situado no concelho de Alijó, na zona de transição da Região Demarcada do Douro - Património Mundial da Humanidade - no distrito de Vila Real, possui a atual configuração desde 2010, na sequência da fusão de dois Agrupamentos – de Pinhão e de Alijó. É constituído por 11 estabelecimentos de educação e ensino: Escola Básica e Secundária D. Sancho II (escola-sede); Escola Básica de Pinhão; Escolas Básicas com Jardim de Infância de Alijó, de Favaios, de Pegarinhos, de Vilar de Maçada e de Sanfins do Douro; Jardins de Infância de Castedo, de Santa Eugénia, de S. Mamede e de Vilarinho de Cotas. O Agrupamento dispõe de quatro bibliotecas escolares.

A população escolar no presente ano letivo, de acordo com o Perfil do Agrupamento, é composta por 1331 crianças, alunos e formandos: 182 na educação pré-escolar (12 grupos), 366 no 1.º ciclo (21 turmas das quais oito são mistas), 230 no 2.º ciclo (12 turmas), 283 no 3.º ciclo (16 turmas), 162 nos cursos científico-humanístico (oito turmas), 97 nos cursos profissionais (seis turmas, quatro na formação geral), 11 no curso de educação formação de jovens, tipo 2, (uma turma). O Agrupamento é frequentado por 49 alunos de outras nacionalidades (4,3%). Verifica-se que 42% dos alunos não beneficiam de auxílios económicos, no âmbito da ação social escolar e 50% dos alunos do ensino básico e 66% do ensino secundário possuem computador e *internet* em casa.

Os indicadores respeitantes à formação académica dos pais dos alunos do ensino básico mostram que 7% têm formação superior e 24% secundária ou superior, já em relação aos pais dos alunos do ensino secundário, esses valores são de 5% e 18%, respetivamente. Quanto à sua ocupação profissional, verifica-se que 10,7% dos pais dos alunos do ensino básico e 12,5% dos do ensino secundário exercem atividades profissionais de nível superior e intermédio.

A educação e o ensino são assegurados por 165 docentes, dos quais 76% pertencem aos quadros. A experiência profissional é significativa, pois 91,5% lecionam há 10 ou mais anos. O pessoal não docente é composto por 84 elementos: 66 assistentes operacionais, um encarregado operacional, 14 assistentes técnicos, um chefe de administração escolar, uma técnica superior e uma psicóloga, em regime de tempo parcial. O Agrupamento conta, ainda, com 15 trabalhadores, a tempo inteiro, da Autarquia.

No ano letivo 2011-2012, ano mais recente para os quais a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência disponibilizou valores de referência, as variáveis de contexto do Agrupamento, quando comparadas com as do mesmo grupo de referência, situam-se, globalmente, aquém da mediana na média de anos das habilitações de mães e pais dos alunos do ensino secundário e dos pais dos alunos do ensino básico e na percentagem de docentes do quadro dos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, bem como na percentagem de alunos dos 4.º, 6.º, 9.º e 12.º anos sem auxílios económicos. Assim, o Agrupamento apresenta variáveis de contexto desfavoráveis, embora não seja dos mais desfavorecidos.

## 3 – AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

### 3.1 – RESULTADOS

#### *RESULTADOS ACADÉMICOS*

Na educação pré-escolar é realizada, trimestralmente, a avaliação das aprendizagens das crianças em cada área de conteúdo, com uma abordagem sistemática e definição de estratégias comuns com

implicação no trabalho desenvolvido em cada grupo. Esta avaliação é registada em ficha concebida para o efeito e divulgada aos pais e encarregados de educação.

As taxas de transição/conclusão e os resultados da avaliação externa nos três ciclos do ensino básico, em 2010-2011 e 2011-2012, situam-se aquém dos valores esperados para as escolas/agrupamentos de contexto análogo, à exceção da taxa de conclusão do 9.º ano, em 2010-2011, acima do valor esperado.

Em 2011-2012, no ensino secundário, a taxa de conclusão do 12.º ano e os resultados da avaliação externa no exame nacional de Matemática A ficaram acima dos valores esperados, verificando-se uma melhoria relativamente ao ano letivo de 2010-2011. Já a média das classificações no exame nacional de História A, à semelhança do ano letivo anterior, situou-se acima do valor esperado. Por sua vez, em 2011-2012, não se observa melhoria no resultado da avaliação externa de Português, não obstante ter ficado em linha com o valor esperado.

Os referidos resultados do Agrupamento, em 2010-2011 e 2011-2012, quando comparados com aqueles das escolas do mesmo *cluster*, situaram-se, maioritariamente, aquém da mediana.

Não obstante as variáveis de contexto, em 2011-2012, serem desfavoráveis, os resultados dos alunos ficaram globalmente aquém dos valores esperados para escolas de contexto análogo e aquém da mediana para as escolas do mesmo grupo de referência, o que mostra a necessidade de maior investimento nos processos de ensino e de aprendizagem, com particular relevo nos três ciclos do ensino básico.

O Agrupamento identifica fatores externos como determinantes no insucesso que apresenta, não tendo, no entanto, sido evidente a concretização de uma reflexão aprofundada sobre as práticas de ensino, que (re)orientem a conceção de estratégias eficazes de melhoria dos resultados na maioria dos anos de escolaridade.

O Agrupamento não monitoriza as taxas de desistência e abandono, pese embora existam alguns dados estatísticos referentes aos percursos dos alunos. É internamente reconhecida a necessidade de sistematizar este processo de monitorização, com recurso a indicadores que assegurem a fiabilidade da informação quer no ensino regular, quer nos percursos profissionalizantes.

### *RESULTADOS SOCIAIS*

O número de incidentes perturbadores e de ruído em sala de aula tem aumentado, facto que tem sido objeto de implementação de medidas de prevenção: encaminhamento dos alunos perturbadores para a biblioteca e/ou para apoio psicológico nos casos considerados mais problemáticos, entre outras. Face a comportamentos desadequados de alguns alunos, na escola-sede, foi evidente que a adoção de um código de conduta não é assumida por todos os alunos.

O desenvolvimento cívico das crianças e alunos é fomentado através do incentivo da sua participação em vários clubes, concursos, campeonatos e projetos, com destaque para os projetos *A Saquinha da Flor* e *Olho Vivo, Orelha Fita*, no 1.º ciclo e na educação pré-escolar; Programa Regional de Educação Sexual em Saúde Escolar e o projeto Promoção e Educação para a Saúde. São ainda de referir os projetos de empreendedorismo nos cursos profissionais, com a constituição de miniempresas e a edição do *Livro de Culinária* do curso de educação e formação de cozinha.

Os alunos expressam os seus interesses e opiniões junto dos diretores de turma, dos docentes e da direção, sendo pouco generalizadas as práticas de auscultação dos estudantes, bem como a atribuição de responsabilidades, embora, na generalidade, participem na vida escolar, envolvendo-se em atividades que lhe são destinadas. Estão representados nos órgãos nos quais têm assento e estão constituídos em Associação de Estudantes.

O prosseguimento de estudos após a conclusão do 9.º ano é incentivado, encontrando-se alguns alunos a frequentar o ensino secundário, regular e profissional. Os mecanismos utilizados para acompanhamento do percurso dos alunos, quer dos que concluíram o ensino profissional, quer dos que ingressaram no ensino superior, carecem de indicadores rigorosos.

### *RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE*

Nas respostas aos questionários, aplicados no âmbito desta avaliação externa, os índices de satisfação revelados, face aos resultados obtidos pelo Agrupamento, evidenciam que, um ou mais grupos de respondentes mostram satisfação relativamente ao trabalho do diretor de turma e à ligação que faz com a família, à disponibilidade da direção, ao ambiente de trabalho e ao funcionamento dos jardins de infância. Com exceção dos pais da educação pré-escolar, constata-se que os mesmos grupos de respondentes evidenciam insatisfação face a determinados aspetos, tais como: resultados académicos, qualidade do ensino, justiça nas avaliações, comportamento dos alunos, resolução das situações de indisciplina, ensino experimental, frequência da biblioteca e utilização do computador na sala de aula.

O Agrupamento valoriza os sucessos dos seus alunos através da promoção de iniciativas culturais e desportivas, da realização de exposições, de publicações na página *Web*, no jornal escolar e de edição dos trabalhos produzidos, no âmbito das várias áreas do saber. A atribuição de prémios de mérito consubstancia o reconhecimento e a valorização dos sucessos dos alunos.

Há disponibilização de um conjunto diversificado de clubes com o objetivo de incrementar ações inovadoras e boas práticas pedagógicas. Contudo, estas iniciativas não se têm revelado eficazes na prevenção e combate aos comportamentos menos ajustados, nem foi visível uma ação estratégica integradora do desenvolvimento cívico dos alunos. As formações, transdisciplinares estruturantes, possibilitadas pelos vários clubes não são intrínsecas ao currículo e não têm sido otimizadas na ação educativa.

O envolvimento do Agrupamento na vida do concelho tem contribuído para o desenvolvimento local, porém falta a emergência de atuações mais interventivas de mobilização de todos os parceiros na ação educativa/formativa, para resolução dos problemas diagnosticados, designadamente a melhoria dos resultados escolares.

Nos cursos profissionais, em parceria com a *Junior Achievement Portugal* e a *Fundação EDP*, na área do empreendedorismo, foram desenvolvidos projetos de criação de miniempresas que apresentados em concurso se classificaram nos 2.º e 1.º lugares, na Feira Ilimitada de Trás-os-Montes e Alto Douro. As apreciações positivas das entidades de acolhimento da formação em contexto de trabalho dos cursos profissionalizantes são motivo de satisfação e encorajamento.

A ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas do Agrupamento. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Resultados**.

## **3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO**

### *PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO*

O Agrupamento apresenta práticas de articulação, vertical e horizontal, pouco consistentes, aspeto já identificado no anterior ciclo de avaliação externa. A articulação horizontal está assegurada em todos os

níveis e ciclos de educação e de ensino, com relevância na educação pré-escolar e no 1.º ciclo. A gestão articulada do currículo, de forma intencional e estratégica, perspetivando a aquisição e progressão das aprendizagens nos níveis de ensino subsequentes não é uma prática generalizada. Regista-se, neste processo, uma prática de integração entre ciclos, corporizada na transmissão de informação sobre as dificuldades e percursos escolares das crianças e alunos, pelos docentes da educação pré-escolar e do 4.º ano de escolaridade aos docentes do ciclo seguinte, no final de cada ano letivo. Iniciativa que, ainda, não produziu o impacto desejado na melhoria dos resultados.

O plano anual de atividades, com base nas linhas orientadoras do projeto educativo, é sentido pela comunidade educativa como um *documento de (con)vivência do Agrupamento*. Todavia estes documentos apresentam fragilidades de conceção e operacionalização. Os planos de grupo/turma definem estratégias e atividades orientadas para a sequencialidade das aprendizagens e o desenvolvimento do currículo, não sendo explícitos sobre práticas de diferenciação pedagógica, nem de contextualização do currículo face ao património cultural e ambiental e carecendo de monitorização e de informação sistematizada sobre os resultados e o percurso escolar dos alunos.

O percurso educativo e escolar das crianças/alunos e os resultados conseguidos são analisados pelos docentes nas respetivas estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, bem como no conselho pedagógico, verificando-se que essas análises e as estratégias implementadas não contribuíram para a melhoria dos resultados nem elevaram a qualidade das aprendizagens, de modo generalizado. Evidenciam-se fragilidades no trabalho colaborativo entre docentes, quer no âmbito da planificação dos conteúdos programáticos e das atividades inscritas no plano anual, quer na produção e partilha de materiais de apoio à atividade letiva e de instrumentos de avaliação.

Pese embora a existência de orientações para a aplicação de critérios de avaliação e a adoção de indicadores de ponderação nos diferentes anos/ciclos do ensino, a coerência entre o ensino e a avaliação carece de uma discussão metodológica aprofundada, em sede de todos os órgãos e estruturas intermédias, para que as dificuldades tenham respostas educativas adequadas e diferenciadoras.

Assim, nos três primeiros ciclos do ensino básico e no ensino secundário, constata-se não ter sido ultrapassado o ponto fraco identificado na anterior avaliação externa sobre a débil articulação departamental e sequencialidade entre ciclos, continuando a não existir um trabalho cooperativo entre docentes que facilite a transição entre ciclos e contrarie as baixas taxas de sucesso.

### *PRÁTICAS DE ENSINO*

Não existem evidências sobre práticas explícitas de diferenciação pedagógica em sala de aula capazes de adequar o ensino às capacidades e aos ritmos de aprendizagem dos alunos, como incentivo à melhoria global dos resultados académicos. As formas de diferenciação pedagógica assentam, sobretudo, no maior ou menor apoio dado pelo professor aos alunos na realização das atividades letivas.

Na educação pré-escolar, as crianças usufruem de um ambiente estimulante e agradável, sendo-lhes proporcionado um conjunto de atividades que contribuem para o seu desenvolvimento e para a evolução das suas aprendizagens, nas diferentes áreas de conteúdo constantes das orientações curriculares.

A adequação das respostas educativas às crianças e aos alunos com necessidades educativas especiais é concretizada em resultado da articulação dos docentes titulares de grupo ou das turmas com os diretores de turma, a professora da educação especial, a psicóloga escolar e os parceiros educativos locais, designadamente o Centro de Recursos Para a Inclusão Douro que providencia apoio na terapia da fala e serviços de psicologia, com impacto nos comportamentos e no desempenho destes alunos, reforçando a sua inclusão.

A estratégia destinada à melhoria dos resultados, salas de estudo e tutorias, está muito focada nas disciplinas objeto de exame, não constituindo os (re)ajustamentos do planeamento/avaliação das aprendizagens e dos apoios educativos a desejável diferenciação pedagógica às necessidades dos alunos com dificuldades de aprendizagem.

Embora se promova o ensino experimental das ciências, em todas as escolas do Agrupamento, e os alunos refiram a realização de algumas experiências e trabalhos de pesquisa individual e em grupo, fora da sala de aula, a utilização de metodologias ativas e experimentais no ensino e nas aprendizagens não é generalizada. Valoriza-se a dimensão artística, sobretudo as artes gráficas, o teatro e a música como fator de motivação das crianças e dos alunos para a escola.

Os recursos tecnológicos disponíveis, nomeadamente a plataforma *Moodle*, como suporte ao ensino e aprendizagem afigura-se uma prática pouco generalizada.

Salientam-se as iniciativas de articulação e de complementaridade ao currículo, desenvolvidas pelas bibliotecas escolares, consignadas nos planos dos grupos/turma e num conjunto de atividades transversais, nomeadamente entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo e nas atividades de pesquisa, de estudo e de leitura realizadas, principalmente, por alunos do 5.º, 6.º e 7.º anos de escolaridade.

No que concerne às práticas de ensino evidencia-se, também, uma ausência de estratégia, na reflexão dos docentes, direcionada para o (re)ajustamento de atuações com vista à maximização das respostas educativas e à exequibilidade de opções metodológicas, tendo em conta o fraco impacto na qualidade das aprendizagens e nos resultados alcançados. O Agrupamento não concebeu planos de ação de melhoria, face às debilidades identificadas, orientados para os contextos de educação e ensino e para a valorização das potencialidades dos alunos.

O acompanhamento e a supervisão da prática letiva são realizados nas reuniões dos departamentos curriculares e dos conselhos de turma. O Agrupamento ainda não desenvolveu um processo de reflexão sobre os aspetos suscetíveis da melhoria, com efeitos no desenvolvimento profissional e na partilha de boas práticas. Não foi concebido qualquer mecanismo de monitorização para a supervisão da prática letiva em sala de aula, como estratégia formativa, representando uma área de melhoria. Neste quadro, o ponto fraco identificado na anterior avaliação externa não foi superado.

#### *MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS*

A avaliação dos progressos e das aprendizagens de crianças e alunos guia-se por critérios definidos no conselho pedagógico e nas estruturas intermédias. Conhecidos os critérios e as diferentes modalidades de avaliação pelos alunos e pelos encarregados de educação, verifica-se que a vertente formativa no processo de ensino e de aprendizagem não é valorizada de modo concertado em todas as disciplinas, nem por todos os docentes como processo autorregulador da aprendizagem. Os instrumentos de avaliação não são diversificados, por referência aos ritmos e às dificuldades de aprendizagem. A ausência de elaboração conjunta de instrumentos de avaliação não garante a fiabilidade e rigor dos procedimentos avaliativos, nem promove a aferição generalizada dos graus de exigência no Agrupamento.

Nos departamentos/grupos de recrutamento promovem-se análises que se pretendem conducentes do desenvolvimento de estratégias e de elaboração de instrumentos de avaliação, contudo, a análise dos resultados académicos mostra discrepâncias, por vezes significativas, entre as classificações internas e as obtidas nas avaliações externas.

A monitorização interna do desenvolvimento do currículo e a análise dos planos de trabalho de turma permitem constatar que, perante as fragilidades manifestadas pelos alunos, o conselho de turma nem sempre tem em conta novas estratégias e metodologias, intencionalmente organizadas em função das dificuldades de aprendizagem de cada aluno. As medidas de promoção do sucesso escolar adotadas tendem a revelar-se ineficazes na superação das dificuldades e na promoção do desejado sucesso escolar, verificando-se que a avaliação da sua eficácia nem sempre é feita, aspeto a exigir um maior

aprofundamento da análise sobre os fatores internos explicativos do insucesso, para desenvolvimento de uma cultura avaliativa efetiva.

A prevenção da desistência e do abandono escolar é uma opção que tem merecido a atenção da direção e para a qual tem conseguido congregado vontades de vários parceiros da comunidade envolvente. A integração de alunos com percursos escolares problemáticos levou a uma oferta formativa diversificada, com os cursos de educação e formação e com os cursos profissionais. A dinamização destes cursos tem conseguido cativar os alunos para as vias profissionalizantes, através de uma atuação articulada com instituições e empresas, o que constitui uma resposta eficaz para sustentar as situações de risco.

A ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas do Agrupamento, o que justifica a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Prestação do Serviço Educativo**.

### 3.3 – LIDERANÇA E GESTÃO

#### *LIDERANÇA*

O projeto educativo tem como missão *Educar e formar os alunos para uma sociedade mais harmoniosa, justa e solidária, promovendo o sucesso e combatendo o absentismo e abandono escolares*. Porém, foi evidente que os documentos estruturantes, pouco participados e divulgados pela comunidade educativa, apresentam fragilidades de conceção e operacionalização, o que lhes retira o carácter instrumental, impedindo o Agrupamento de planear e (re)orientar a sua ação. Ausente está a visão estratégica, a articulação e coerência interna, bem como a inexistência de certos indicadores, facto que dificulta a avaliação do projeto educativo. De destacar ainda, o excesso de informação que cada documento contém, sendo que, em certas matérias, apresentam redundância e falta de complementaridade.

Apesar das iniciativas, empreendidas pela direção, de mobilização e de assunção de responsabilidades pelas restantes lideranças, é débil a articulação e concertação que entre elas se estabelece, o que se revela um constrangimento à prossecução dos objetivos do Agrupamento. De um modo geral, é pouco visível o impacto da orientação estratégica e da proatividade do conselho geral, do conselho pedagógico e da equipa de autoavaliação na dinâmica do Agrupamento. O conselho geral não assume, em pleno, as competências que lhe são atribuídas e o conselho pedagógico revela fragilidades na definição de uma estratégia, focada e concertada, com o objetivo de melhorar os resultados educativos.

A atual diretora e a sua equipa estão conscientes de que a dispersão geográfica entre as escolas constitui, por si só, um desafio na construção de uma identidade própria, sólida e agregadora.

O trabalho desenvolvido pelos diretores de turma assume visibilidade nos processos de liderança intermédia. Contudo, a sua ação ao nível da gestão e articulação do currículo, com impacto na prestação de serviço educativo, não constitui ainda uma prática generalizada.

Existem projetos com empresas locais e regionais, que constituem áreas de sucesso, com destaque para cursos de formação e educação e os cursos profissionais com projetos de empreendedorismo. A direção e os coordenadores dos respetivos cursos estão atentos aos condicionalismos inerentes à situação de interioridade do Agrupamento e à importância de manter os estudantes no sistema, manifestando sensibilidade aos seus interesses e potenciando as possibilidades das empresas e instituições da região para melhorar as aprendizagens e a integração profissional dos alunos.

O Agrupamento mantém parcerias com as várias instituições locais e regionais, com destaque para a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, Biblioteca Municipal, Centro de Saúde, Associação



Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, CRI Douro, Cruz Vermelha, Bombeiros de Alijó, Segurança Social, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, Escola Segura, entre outras, no apoio a projetos e atividades individuais ou de iniciativa conjunta.

Para além dos projetos de empreendedorismo dos cursos profissionais, não se evidenciam outros projetos e clubes que se possam reconhecer como inovadores e que granjeiem um reconhecimento a nível local, nacional e internacional, facto que consubstancia a não superação do ponto fraco identificado na anterior avaliação externa - *Limitada abertura à inovação e a falta de monitorização de projetos e parcerias nos resultados dos alunos.*

Globalmente, o Agrupamento apresenta condições favoráveis à consecução dos objetivos educativos, em particular no que concerne às instalações no seu todo e ao apetrechamento de salas específicas. É notória a distribuição equitativa dos equipamentos, recursos e oportunidades. Os espaços são agradáveis e evidenciam práticas de higiene e limpeza.

### *GESTÃO*

A gestão dos recursos materiais e humanos é feita tendo em atenção as necessidades educativas e de funcionamento do Agrupamento, o perfil pessoal dos profissionais e as suas competências específicas. A estabilidade do corpo docente e dos assistentes operacionais tem facilitado a gestão dos recursos humanos, onde a proximidade e o conhecimento das características individuais permite a sua rentabilização. No que se refere ao pessoal docente, o princípio da continuidade pedagógica é respeitado, dando-se prioridade à atribuição do cargo de diretor de turma e à lecionação de turmas com características particulares. Tal facto parece justificar a disponibilidade no atendimento prestado e o esforço, em alguns casos conseguido, na resolução de problemas dos alunos e das suas turmas.

Verifica-se a existência de princípios orientadores e de critérios explícitos relativamente à constituição de turmas e à elaboração dos horários das crianças e dos alunos. Estes critérios encontram-se formalizados em documentos próprios e são aplicados com a necessária flexibilidade para facilitar o trabalho das equipas pedagógicas em reuniões de coordenação curricular e pedagógica.

Constatou-se a existência de circuitos de comunicação interna e externa, coexistindo o correio eletrónico, o sítio do Agrupamento, ainda que pouco dinâmico, e o Jornal do Agrupamento. No entanto, o recurso à plataforma *Moodle* ainda não se assumiu como importante ferramenta pedagógica, pois não se encontra generalizada entre o corpo docente, nem na comunicação com os alunos e encarregados de educação. Neste sentido, os diferentes mecanismos de comunicação existentes carecem de maior consistência para se tornarem mais eficazes, o que irá permitir dar maior visibilidade aos diferentes documentos.

### *AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA*

A atual equipa de autoavaliação, sem formação específica, realizou um trabalho meritório, apesar dos seus elementos não terem tempos comuns nos horários, facto que constitui um constrangimento à valorização do processo de autoavaliação. Não obstante a última fusão do Agrupamento ter ocorrido em 2010, verifica-se não existir uma cultura de autoavaliação, como prática consolidada, nem a integração crítica dos resultados da anterior avaliação externa como indicadores de melhoria a confirmar nesta avaliação

O relatório de autoavaliação produzido expressa o somatório dos pressupostos inclusos no projeto educativo, no projeto de intervenção da diretora e de certos aspetos do relatório de avaliação externa. Porém, tal facto não significou a definição de prioridades, ou a criação de planos de ação de melhoria que evidenciassem abordagens estratégicas, generalizadas, para as fragilidades detetadas. A diagnose do Agrupamento foi privilegiada em detrimento de outras fases inerentes ao processo de autorregulação, aspeto que permite aferir da fragilidade do relatório produzido, assim como a falta de impacto da ação desta equipa nas dinâmicas do Agrupamento.

Não existe uma apropriação, do documento produzido, por parte da comunidade educativa. De destacar que, no referido relatório, nada consta sobre a atividade docente, ficando por diagnosticar o modo como, em contexto de sala de aula, cada professor operacionaliza o processo de aprendizagem em prol de um serviço educativo com impacto nos resultados dos alunos. Por outro lado, as melhorias introduzidas, em situações pontuais, carecem de monitorização, facto que condiciona a sustentabilidade das opções metodológicas e a avaliação da eficácia das respostas educativas implementadas, situação reveladora de que o processo de autoavaliação e autorregulação, identificado como ponto fraco na última avaliação externa, não foi superado.

A construção de um plano de intervenção para responder às fragilidades persistentes e às áreas estratégicas do projeto educativo, visando a promoção de práticas de autoavaliação e o estabelecimento de prioridades, constitui uma área de melhoria capaz de gerar impacto no planeamento, na organização e nas práticas profissionais.

A ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas do Agrupamento. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Liderança e Gestão**.

## 4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho do Agrupamento:

- A ação do Agrupamento em parceria com empresas locais e nacionais, no âmbito das ofertas profissionalizantes, com impacto nos resultados dos alunos e reconhecimento da comunidade educativa;
- As respostas educativas aos alunos com necessidades educativas especiais, articuladas com as entidades externas, com impacto nos comportamentos e no desempenho destes alunos;
- As dinâmicas de articulação das bibliotecas escolares no reforço do currículo, em todos os ciclos de educação e ensino;
- A gestão dos recursos físicos e humanos que assegura o acesso aos bens e serviços educativos por parte de todas as unidades do Agrupamento.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde o Agrupamento deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- A conceção de um plano de melhoria, com mecanismos de monitorização de práticas educativas, focado nas fragilidades evidenciadas pelos alunos para a promoção da qualidade do sucesso e do equilíbrio entre a avaliação interna e a externa;
- A emergência de atuações mais interventivas de mobilização de todos os parceiros da comunidade educativa, para o desenvolvimento de um código de conduta explícito para prevenção de comportamentos desajustados de crianças e alunos;
- A internalização dos processos de melhoria de ensino e de aprendizagem, entre ciclos e níveis de educação e de ensino, estrategicamente orientados para a diferenciação pedagógica e para o ensino experimental;

- O trabalho cooperativo entre docentes com respostas inovadoras para as fragilidades persistentes, de modo a facilitar a transição entre ciclos e contrariar as taxas de insucesso;
- A implementação de mecanismos de supervisão pedagógica e acompanhamento da prática letiva em sala de aula, enquanto processos de melhoria da qualidade do ensino e de prática formativa de desenvolvimento profissional;
- A assunção das lideranças, de topo e intermédias, das suas atribuições em todas as áreas de ação, com reflexos na melhoria da prestação do serviço educativo;
- A consolidação e a abrangência do processo de autoavaliação, visando melhorar as áreas estratégicas da ação educativa.

09-06-2014

A Equipa de Avaliação Externa: Luísa de Carvalho Teixeira; Maria João Carvalho; Maria Zita Oliveira